

Crianças e juventudes indígenas no Brasil: O direito à convivência familiar e comunitária em perspectiva antropológica¹

Cristhian Teófilo da Silva²

silvact@unb.br

Esta comunicação abordará o tema das crianças e juventudes indígenas no Brasil a partir da violação do seu direito à convivência familiar e comunitária. O tema é prioritário porque dentre as várias violações de direitos humanos por que passam as crianças e adolescentes indígenas, a negação do seu direito à convivência familiar e comunitária é a que viola diretamente o seu direito de serem indígenas, o que nos remete diretamente ao crime de etnocídio ou genocídio cultural.

Discorreremos sobre o tema em perspectiva antropológica, isto é, levando-se em conta o horizonte cultural e interpretativo daqueles com quem se dialoga com o objetivo de ampliar nosso entendimento da realidade. Esse entendimento ampliado pelo aprendizado das perspectivas indígenas é fundamental para se eliminar o etnocentrismo que distorce e prejudica a adequada representação dos problemas que afetam as crianças e adolescentes indígenas no Brasil contemporâneo.

É necessário observar que esta postura não decorre de simples orientação metodológica. O trabalho do antropólogo é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como fundamental para assegurar o adequado acompanhamento dos casos que envolvem crianças e adolescentes indígenas ou quilombolas. Esta previsão existe basicamente porque há uma distância considerável entre o ordenamento jurídico e o sistema de garantia de direitos estabelecido no país e os sentidos e práticas culturais dos povos indígenas no que se refere a suas crianças e adolescentes.

A comunicação também se apoiará em dados resultantes de pesquisa realizada em 2010 pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), com recursos da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) e no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

¹ Trabalho apresentado no “Painel V: Menores e minorias: infâncias invisíveis”, parte da programação da “IX Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz: A Primeira Infância e os Desafios do Milênio” (22 a 24 de novembro de 2016), organizado pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, Senado Federal, Brasília-D.F.

² Antropólogo e professor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador associado do Centre Interuniversitaire d'Études et des Recherches Autochtones (CIÉRA/Université Laval), sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na qual é membro da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) e sócio da Society for Applied Anthropology (SfAA). Este trabalho contou com recursos e apoio do CNPq e da Finatec para sua elaboração.

Adolescente (CONANDA), e também em relatórios de Direitos Humanos das Nações Unidas e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Ao final, será mencionada a política interinstitucional elaborada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para lidar com o problema, assim como outras experiências positivas de enfrentamento dos processos sociais que tem propiciado a violação do direito à convivência familiar e comunitária entre os povos indígenas.